

## **MANIFESTO CONTRA A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Os filiados à ANPEd reunidos em Assembleia Ordinária, realizada durante a 38ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), manifestam os motivos pelos quais somos contra a Base Nacional Comum Curricular:

- 1) A proposta de BNCC em análise no Conselho Nacional de Educação vem sendo questionada em sua constitucionalidade e, certamente, ainda do ponto de vista legal. A proposta fere a LDB nos seguintes aspectos: a) Não respeita o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; b) Fere o princípio da valorização da experiência extraescolar e a formação para o exercício da cidadania; c) Afronta o princípio da gestão democrática, a formulação participativa do Projeto Pedagógico e o princípio da valorização docente ao investir no controle externo da gestão e do fazer docente.
- 2) A organicidade necessária à existência de um sistema nacional de educação básica exige que ele seja pensado como um todo e não em fragmentos entre níveis, modalidades. A proposta de Base Nacional Comum Curricular em debate rompe com essa organicidade ao tratar apenas de parte do sistema, negligenciando outras, como a modalidade EJA, a especificidade da educação no campo, e o Ensino Médio.
- 3) A proposta de BNCC busca se apresentar como precisa e clara, considerando essas adjetivações positivas. No entanto, ao fazê-lo, evidencia seu compromisso com uma compreensão tecnicista e ultrapassada de currículo.
- 4) A proposta de BNCC sugere que um manual curricular pode reverter as mazelas de um sistema educacional embora estudos nacionais e internacionais apontem exatamente o contrário.
- 5) Entendemos que oferecer os mesmos conteúdos a estudantes/alunos com diferentes experiências sociais e de conhecimento não promoverá a equalização almejada e anunciada pela base, ao contrário, ao *tratar igualmente os desiguais* a base produzirá o aprofundamento das desigualdades. Equalização social requer respeito a percursos e especificidades locais na construção da qualidade da educação. São diferentes os pontos de partida, e, portanto, as trajetórias para que cheguemos aos pontos de chegada equalizadores. Isso parece expresso no grande número de documentos contrários à unificação e homogeneização do ensino.

Mediante o exposto propomos:

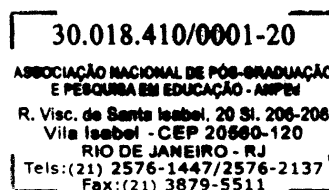
## **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**

- 6) A pluralidade/diversidade do país e daquilo que se produz em suas diferentes escolas precisa ser democraticamente respeitada e considerada. Por isso, entendemos que nossa política educacional e curricular precisa ser proposta a partir daquilo que sabem e fazem nossa população, professores e estudantes, em sua pluralidade, dentro e fora das escolas. Sendo assim, o papel do MEC é promover e apoiar a construção de projetos político-pedagógicos que abranjam toda a comunidade escolar, múltiplas agências, centros de pesquisa, institutos, universidades e etc.
- 7) A atual proposta de BNCC alterou significativamente os rumos do trabalho anterior bem como abandonando as 12 milhões de contribuições endereçadas a SEB/MEC. Entendemos que um modo de corrigir esse processo é a retomada de discussões com o *Fórum Nacional de Educação* que, em sua plenitude representativa é central para a efetiva discussão democrática do que poderia ser uma base nacional curricular inclusiva, respeitosa e plural.

São Luís do Maranhão, 04 de outubro de 2017



Andréa Barbosa Gouveia  
Presidente da ANPED



**anped**